



República Federativa do Brasil  
Mobilização Social do Fome Zero



**FOME ZERO**

Texto: Frei Betto

2004

## SUMÁRIO

Introdução.....	3
1. O que é o Fome Zero .....	4
1. Políticas Estruturais .....	4
2. Políticas Específicas .....	4
3. Políticas Locais.....	5
2. Como o Fome Zero está estruturado.....	6
Áreas prioritárias .....	6
1. MDS .....	7
2. CONSEA .....	7
3. COMITÊ FOME ZERO .....	7
4. COPO .....	8
5. PRATO.....	8
6. SAL.....	8
7. TALHER.....	9
8. CONSAD.....	9
3. Mutirão contra a fome .....	11
4. A consolidação do Fome Zero .....	12
Você Pode Ajudar.....	14
Doação de alimentos.....	14
Políticas Setoriais Prioritárias.....	15
5. O que fazer?.....	18
Você pode formar o CONSEA.....	18
Você pode arrecadar donativos .....	18
Exemplos .....	19
6. Inclusão social .....	26
Ação solidária.....	26
Sede Zero.....	27
1 Milhão de Cisternas .....	28
Programa Escolas-Irmãs .....	28
Parceria Empresa Município – PEM .....	29
Empresas: o que podem fazer.....	29
7. As iniciativas brasileiras no combate à fome e à pobreza no mundo .....	32
Sites sobre o Fome Zero .....	33

## Introdução

Fome e desnutrição formam um círculo vicioso, agravando a pobreza. Produzem efeitos cumulativos e irreversíveis, como a dificuldade de assimilação de conhecimento pelas crianças raquíticas ou mal alimentadas; a quebra da imunidade às doenças; o retardamento mental; a cegueira; os distúrbios glandulares (há crianças “gordas” em decorrência da fome); e a morte precoce (de cada mil crianças nascidas vivas no Brasil, cerca de 32 morrem antes de completar um ano de vida). Ao todo, morrem mais de 150 mil crianças por ano. De cada três crianças falecidas, duas morrem em consequência da falta de água adequada, o que provoca diarreia e outras enfermidades.

Segundo o Mapa do Fim da Fome II, da Fundação Getúlio Vargas, no Brasil, são consideradas pobres aquelas pessoas que têm uma renda mensal de, no máximo, R\$ 79,00. São 56 milhões ou 11,4 milhões de famílias, compostas em média por 4,7 pessoas.

Todos podemos participar do combate à fome no Brasil através do Fome Zero, proposto pelo Governo Federal.

*“Penso que o Brasil deu uma oportunidade a si mesmo. (O Fome Zero) não será um milagre de um presidente da República. Acho que será um milagre da sociedade brasileira. Se cada entidade empresarial, se cada pessoa que tenha alma, consciência política, neste país, resolver adotar essa campanha, o governo não precisa nem saber, porque não queremos paternidade do resultado. Se alguém na sua cidade, se alguém na sua vila, se alguém na sua comunidade quiser fazer alguma coisa, pelo amor de Deus, faça! Não fique esperando o governo! Faça, porque o que nós queremos não é ver a cor da semente, o que nós queremos é ver o resultado que essa semente vai dar, se a sociedade brasileira assumir para si a responsabilidade de acabar com a fome no nosso país.”*

Luiz Inácio Lula da Silva  
Lançamento do Mesa Brasil, Brasília, 24/02/03

## **1. O que é o Fome Zero**

No Brasil, a fome não existe por falta de alimentos. Falta é renda para adquiri-los em quantidade permanente e com qualidade adequada. Como a renda está mal distribuída no país, uma parcela da população não tem acesso nem mesmo à quantidade mínima de alimentos necessária para garantir a sobrevivência.

O Fome Zero é um conjunto de políticas públicas criado para combater a fome e as suas causas estruturais, que geram a exclusão social. Em outras palavras, o Fome Zero foi criado para garantir a segurança alimentar de todos os brasileiros e brasileiras. Segurança Alimentar é mais do que acabar com a fome hoje. Ter segurança alimentar significa garantir que todas as famílias tenham condições de se alimentar dignamente com regularidade, quantidade e qualidade necessárias à manutenção de sua saúde física e mental.

Esta proposta reúne um conjunto de políticas públicas que envolvem os três níveis de governo: o federal, o estadual e o municipal. No caso do Governo Federal, compromete todos os Ministérios.

Porém, a grande protagonista do Fome Zero é a sociedade brasileira. De sua mobilização depende o êxito dessas políticas públicas.

No Fome Zero, articulam-se três conjuntos de políticas, tendo como foco a segurança alimentar. São elas:

### **1. Políticas Estruturais**

São voltadas para as causas profundas da fome e da pobreza, que devem ser desenvolvidas pelo poder público:

- Programa Bolsa Família;
- Geração de Emprego e Renda;
- Previdência Social Universal;
- Incentivo à Agricultura Familiar;
- Intensificação da Reforma Agrária;
- Sede Zero / Apoio ao Programa 1 Milhão de Cisternas;
- Segurança e Qualidade dos Alimentos;

### **2. Políticas Específicas**

São voltadas para atender diretamente às famílias carentes, no que se refere ao acesso ao alimento. Podem ser desenvolvidas pelos governos dos estados, dos municípios, e pela sociedade civil organizada:

- Doação de Cestas Básicas Emergenciais;
- Combate à Desnutrição Materno-Infantil;
- Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias;
- Ampliação da Merenda Escolar;
- Programa de distribuição de leite;
- Ampliação do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador);
- Bancos de Alimentos;
- Manutenção de Estoques de Segurança;
- Educação para o Consumo e Educação Alimentar e Nutricional;
- Segurança e Qualidade dos Alimentos.

### **3. Políticas Locais**

Serão implantadas por prefeituras e pela sociedade civil organizada em cada município:

- Nas áreas rurais: apoio à agricultura familiar e à produção para consumo próprio;
- Nas pequenas e médias cidades: Bancos de Alimentos, parceria com varejistas para doação de alimentos, feira do produtor, modernização dos equipamentos de abastecimento, agricultura urbana;
- Nas cidades grandes: restaurantes populares, bancos de alimentos, parcerias com varejistas, modernização dos equipamentos de abastecimento.

Todos esses exemplos não esgotam o Fome Zero, que abarca toda iniciativa que visa a reduzir a desigualdade social, a desnutrição e, inclusive, o desemprego.

## 2. Como o Fome Zero está estruturado

Combater a fome não representa um *gasto*, mas um investimento.

Se os 56 milhões de brasileiros e brasileiras ameaçados pela fome tiverem renda, aumentarão o consumo e, portanto, a produção de alimentos. Isso significará a geração de aproximadamente 350 mil novos empregos na agricultura familiar. São mais de dez milhões de famílias em estado de carência alimentar. Se elas tivessem acesso ao consumo de alimentos isso representaria, hoje, um aumento de cerca de R\$ 2,5 bilhões na arrecadação de impostos. Enfim, mais consumo, mais produção e, também, mais empregos. O que significa um Brasil mais desenvolvido.

Quem combate a fome ajuda a combater, também, as doenças. Quanto mais alimentação saudável, menos gastos com remédios, médicos e hospitais.

### Áreas prioritárias

As periferias das grandes cidades são consideradas também áreas prioritárias, devido ao cinturão de pobreza formado por favelas, vilas e palafitas. Talvez a fome, como ausência de qualquer alimento, seja mais comum na grande cidade do que na zona rural, onde a desnutrição decorre do fato de as pessoas comerem quase sempre o mesmo tipo de alimento, como feijão e farinha. Portanto, não ingerem calorias e proteínas suficientes para garantir uma boa nutrição.

A região Nordeste do país representa 18% do território nacional, com uma população de cerca de 45 milhões de pessoas (28,5% da população total do Brasil). Nessa área, 42% da população vivem abaixo da linha da pobreza (renda mensal inferior ao equivalente a 60 dólares); 71% do total das propriedades rurais têm menos de 10 hectares e ocupam menos de 5% da área total da região, enquanto 44% da área total estão ocupadas por propriedades com mais de 500 hectares, que representam apenas 1% da quantidade total de propriedades.

Cerca de 50% dos pobres do Brasil vivem na região Nordeste.

Toda a implantação do Fome Zero implica, por parte das famílias beneficiárias, envolverem-se na gestão participativa. É através dessa organização popular que essas famílias farão bom uso do benefício do Bolsa Família; combaterão a desnutrição e a mortalidade infantis; porão fim ao analfabetismo; construirão, em mutirão, cisternas e unidades sanitárias populares, bem como ajudarão a reformar moradias em estado precário; e se empenharão em atividades que favorecem a geração de emprego e renda.

Garantir a cada brasileiro três refeições diárias é a prioridade do presidente Lula e de sua equipe. Zerar a fome de mais de 50 milhões de brasileiros é tão importante que, para isso, o presidente Lula criou, em seu primeiro ano de governo, o Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar (MESA) como foco das ações de combate à fome. Em outubro de 2003, criou o Programa Bolsa Família para unificar todos os programas de transferência de renda do Governo Federal, tornando possível o aumento dos valores concedidos às famílias beneficiárias dos programas Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão-Alimentação.

Com esse mesmo espírito de unificação, em janeiro de 2004, o Presidente Lula criou o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que passou a acumular as

atribuições do Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar, do Ministério da Assistência Social e da Secretaria-Executiva do Programa Bolsa Família, visando, assim, o aumento da intersectorialidade das ações governamentais voltadas para a inclusão social, o combate à fome, a erradicação da pobreza e das desigualdades sociais.

A ESTRUTURA DO FOME ZERO foi criada para facilitar e organizar a participação de todos. É assim:

### **1. MDS**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Cabe a este Ministério coordenar as políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de assistência social e de renda da cidadania. Além disso, são atribuições do MDS tornar possível a articulação de ações com os governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, estreitar o relacionamento com a sociedade civil, para estabelecer as diretrizes dessas políticas, e controlar o Fundo Nacional de Assistência Social.

Contatos: 0800 707-2003 ou no site [www.desenvolvimentosocial.gov.br](http://www.desenvolvimentosocial.gov.br)

### **2. CONSEA**

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

O CONSEA é composto por representantes da sociedade civil organizada e personalidades (2/3 dos membros), e representantes do Governo Federal (1/3 dos membros). Ao todo, são 74 participantes: 42 conselheiros, representantes da sociedade civil organizada; 15 observadores; e 17 ministros de Estado.

O CONSEA traça as diretrizes da política de segurança alimentar e nutricional do Governo Federal. Ele tem caráter consultivo e assessoria o presidente da República. Participa também do mutirão de combate à fome.

Cada município deve ter também o seu CONSEA. Todos os estados já têm CONSEA.

Contatos: (61) 411-2747 e [secret.consea@planalto.gov.br](mailto:secret.consea@planalto.gov.br), ou no site [www.presidencia.gov.br/consea](http://www.presidencia.gov.br/consea)

### **3. COMITÊ FOME ZERO**

O Comitê Fome Zero, antes chamado Comitê Gestor, é composto por dois terços da sociedade civil e de um terço do governo. Os representantes da sociedade civil são eleitos diretamente nas plenárias ou nas assembleias abertas. A nova formação do Comitê Fome Zero sugere a participação de representantes da Assistência Social, Saúde, Educação e Segurança Alimentar, para garantir a integração e abrangência das políticas sociais.

O Comitê tem a função de ajudar o poder público municipal e os governos estadual e federal a fiscalizar a execução dos programas de transferência de renda e contribuir para a melhoria do cadastro único, de forma que as pessoas efetivamente mais necessitadas recebam os seus benefícios. Além disso, o Comitê deverá promover a integração dos diversos órgãos e entidades que têm ações dirigidas para o desenvolvimento local, a geração de emprego e renda, a atenção à família, a melhoria dos padrões alimentares, educacionais e de saúde, junto ao beneficiários do Bolsa Família.

#### **4. COPO**

Conselho Operativo do Fome Zero

Formado por voluntários, coordena a mobilização local no combate à fome. Pode ser o COPO de um município ou de uma empresa, universidade ou instituição religiosa.

De preferência, cada COPO local deve dispor de endereço eletrônico e telefones, operados por voluntários, para orientar doadores e receptores (PRATOs ou entidades beneficentes). Cabe ao COPO cadastrar os beneficiários, os doadores permanentes, bem como monitorar a logística da coleta e da distribuição.

#### **5. PRATO**

Programa de Ação Todos pela Fome Zero

Espera-se que haja milhares (como os Comitês do Betinho), formados por voluntários organizados por local de trabalho, bairro, igreja, escola, clube ou empresa. Os PRATOs são os braços operativos do Fome Zero. Eles organizam coletas e doações e, com a coordenação e orientação dos COPOs, encaminham para as entidades que trabalham com as famílias beneficiárias.

No caso de doações de gêneros *in natura*, especialmente verduras, legumes e frutas, cabe aos PRATOs agilizar a distribuição a partir de uma lista de entidades da região em condições de receber tais produtos. Produtos que exijam refrigeração não deverão ser acolhidos pelos PRATOs.

Porém, nada impede que cada PRATO se organize para distribuir diretamente os alimentos que arrecadar. Mas é preciso que seja feito como um processo educativo, que tenha o objetivo de favorecer a progressiva inclusão social dos beneficiários. Porque, mais do que arrecadar alimentos, o Fome Zero quer arrecadar solidariedade, de modo a unir a fome de comer com a vontade de fazer. O Fome Zero não é assistencialista, mas visa a inclusão social. Os PRATOs devem ajudar as famílias beneficiárias a caminharem da exclusão à inclusão social; da pobreza à geração de renda; da dependência à cidadania.

#### **6. SAL**

Agente de Segurança Alimentar e Nutricional

O SAL tem a função educadora de organizar ações junto às comunidades beneficiárias do Fome Zero, com focos na convivência social cidadã, na economia solidária sustentável e na formação cultural para o fortalecimento da identidade do povo brasileiro.

As equipes de SALs formam um mutirão de solidariedade para dar andamento às ações locais, estruturais e emergenciais do Fome Zero. A finalidade é a educação cidadã e as ferramentas usadas são a cultura e a arte, valorizando os elementos populares locais como parte do processo de conhecimento. Estimular o sentido de coletividade entre as famílias, os moradores de um bairro, no campo ou na cidade, nos acampamentos e assentamentos, é parte desse processo.

Essas comunidades-irmãs organizadas formam UASCIPS (Unidades de Ação Sócio-Cultural Integradas para a Produção Solidária) e trocam o produto de sua cultura e de seu trabalho coletivo. Assim, uma que produz hortaliças ou cria pequenos animais pode trocar com outra que produz doces, compotas, geléias ou laticínios. Da mesma forma, feiras de cultura popular podem aproximar essas comunidades-irmãs que dividem seu folclore, lendas e artesanato. A



idéia é unir trabalho e cultura para criar uma relação de solidariedade na convivência dos grupos.

Os SALs são os dinamizadores desse espírito associativo, que ordena a vida de sociedade e de trabalho das comunidades para a realização de uma plena cidadania.

É preciso acompanhar as famílias e núcleos populacionais beneficiados pelo Fome Zero. Saber como o beneficiário está caminhando da exclusão para a inclusão social:

- Mês a mês, tem melhorado a dieta?
- Tem cuidado melhor da higiene corporal, bucal e doméstica?
- Os analfabetos têm participado do curso de alfabetização?
- Os desempregados freqüentam regularmente o curso de profissionalização?
- A família cultiva horta doméstica ou participa da horta comunitária?
- A família toma iniciativas para desenvolver a agricultura familiar?
- Empenha-se na construção de cisterna (Sede Zero)?
- Participa da formação de cooperativas e de sistemas de microcrédito?
- Cuida melhor da saúde?

## **7. TALHER**

Equipe de capacitação para a educação cidadã

Usa-se o talher para comer, para alimentar-se. O TALHER, para o Fome Zero, não cuida apenas de alimentação física, mas também mental e espiritual. O Fome Zero não quer saciar apenas a fome de pão. Quer saciar também a fome de beleza: quer promover a educação cidadã dos beneficiados.

A equipe chamada TALHER prepara monitores que capacitam aqueles que participam de COPOs, PRATOs ou atuam como agentes de segurança alimentar. Desenvolve também ações educativas com as famílias beneficiárias.

Em abril de 2004, o TALHER era composto por uma equipe nacional de 8 membros e 27 equipes estaduais, totalizando 540 membros que coordenavam as equipes municipais e microrregionais. Até o final do ano, a meta era atingir o número de 20.000 educadores populares.

## **8. CONSAD**

Conselho de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local

Os CONSADs são uma forma de associação entre municípios, com a participação da sociedade civil e do poder público, para facilitar as ações de geração de trabalho e renda, e garantir a segurança alimentar das populações envolvidas. O CONSAD quer promover o desenvolvimento local, dentro das políticas estruturais do Fome Zero. Para isso, usa como estratégias:

- incentivar a agricultura familiar;
- incentivar a economia solidária, com a associação de produtores e consumidores para a formação de cooperativas; e
- oferecer microcrédito e inclusão digital.

Desde final de 2003, foram instalados 40 CONSADs que atendem 576 municípios e uma população de cerca de 10 milhões de pessoas.

*“Essa disposição da sociedade tem que ser canalizada pelo CONSEA nacional, que agora estamos instalando. Mas precisamos criar os estaduais, os municipais. É preciso criar uma consciência na sociedade de que um governo pode fazer muito, mas, por mais que o governo faça, ele não tem a mesma força que a sociedade terá, se ela quiser assumir para si a tarefa de cuidar disso.”*

Luiz Inácio Lula da Silva  
Reunião do CONSEA, Brasília, 25/02/03

### **3. Mutirão contra a fome**

#### **1. CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**

Sociedade Civil e Governo

Estabelecimento de diretrizes da Política de Segurança Alimentar

Contatos: (61) 411-2747 e [secret.consea@planalto.gov.br](mailto:secret.consea@planalto.gov.br), ou no site

[www.presidencia.gov.br/consea](http://www.presidencia.gov.br/consea)

#### **2. MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**

Governo

Implantação de políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de assistência social e de renda da cidadania

Contato: 0800 707-2003 ou no site [www.desenvolvimentosocial.gov.br](http://www.desenvolvimentosocial.gov.br)

#### **3. Gabinete de Mobilização Social**

Governo

Vinculado diretamente à Presidência da República, o Gabinete da Mobilização Social do Fome Zero é monitorado pela Assessoria Especial do Presidente da República, atua em sintonia com o MDS e o CONSEA, e coordena:

- o TALHER (equipe de educação cidadã);
- o Programa Escolas-Irmãs;
- o PEM – Programa de Parceria Empresa-Município;
- a parceria de movimentos e instituições internacionais com o Fome Zero;
- a produção de eventos e material de divulgação do Fome Zero: shows, feiras de exposição, vídeos, cartilhas, livros, palestras etc.; e
- a divulgação do Fome Zero em outros países.

Contatos: (61) 411-2911 / 411-2182 / 411-2897 / 411-2403

#### **4. Mutirão Contra a Fome**

Sociedade Civil e Governo

Participação solidária da população no combate à fome

#### **5. Apoio Fome Zero – Associação de Apoio a Políticas de Segurança Alimentar**

Sociedade Civil

Amparo e estímulo a ações e projetos que promovam a segurança alimentar e nutricional, e disseminação das melhores práticas empresariais nas áreas de combate à fome, geração de renda e capacitação profissional.

Contatos: (11) 3016-3216 ou no site [www.apoiofomezero.org.br](http://www.apoiofomezero.org.br)

#### **As articulações do Fome Zero**

É a mobilização da sociedade civil assumindo ações emergenciais para reduzir, o quanto antes, a carência alimentar da população subnutrida. Essas ações vão desde a coleta e distribuição de alimentos, a educação alimentar e nutricional, até a construção de cisternas e o incentivo à agricultura familiar.

#### 4. A consolidação do Fome Zero

O governo tem quatro anos para que o Fome Zero atinja 56 milhões de pessoas.

Sua implantação foi feita de forma gradativa. No primeiro ano, várias iniciativas foram tomadas para consolidar sua estrutura. Em 30 de janeiro de 2003, o presidente Lula instalou o CONSEA nacional. Esta iniciativa produziu, até maio de 2004, a instalação de 27 CONSEAs estaduais e 151 CONSEAs municipais (34 em fase de implantação), o que assegura a interação da sociedade civil com os governos locais, no âmbito das políticas de segurança alimentar.

No período de 17 a 20 de março de 2004, os delegados da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional produziram documento final, que ficou conhecido como a *Carta de Olinda*, com as proposições norteadoras das políticas públicas brasileiras, para o período de 2004 a 2007.

##### Carta de Olinda

Os 1.300 participantes, representantes da Sociedade Civil e do Poder Público, da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Josué de Castro e Herbert de Souza, realizada nos dias 17 a 20 de Março de 2004, no Centro de Convenções de Pernambuco, na cidade de Olinda-PE, consideram a Conferência um marco histórico na construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil, afirmando a garantia universal do direito humano à alimentação e nutrição. A insegurança alimentar, a desnutrição e a obesidade atinge parcela significativa da população, 53 milhões de brasileiros e brasileiras vivem abaixo da linha da pobreza. O modelo de política macroeconômica vigente e o custo da dívida pública é identificada como a principal causa da insegurança alimentar e nutricional e da exclusão social.

Este modelo causa a insuficiência de renda, o elevado nível de desemprego, a concentração da terra, a mercantilização da água, a precarização da educação, limita o acesso à alimentação e nutrição e impede uma vida digna para toda população brasileira. Outras causas da insegurança alimentar e nutricional apresentadas são:

- A fragilização da produção de alimentos oriunda da agricultura familiar em função do insuficiente apoio e das circunstâncias adversas por ela enfrentadas;
- A desigualdade de renda torna as mulheres mais suscetíveis à insegurança alimentar;
- A degeneração dos hábitos alimentares compromete o patrimônio cultural alimentar, componente essencial da identidade cultural dos povos;
- O modelo social gera discriminação e afeta com maior intensidade a segurança alimentar e nutricional dos povos afro-descendentes e indígenas.

Reverter esse quadro adverso implica em adotar uma política social e econômica com a efetiva redistribuição de renda, a imediata redução das taxas de juros e a negociação soberana dos acordos internacionais. Para isso é necessário:

1. Rever a política de exportação e importação de alimentos, visando não desestruturar a produção nacional, em particular a proveniente da agricultura familiar e da reforma agrária,
2. Instituir um sistema nacional de segurança alimentar e nutricional, com lei orgânica e orçamento próprio;
3. Investir no Fome Zero como uma das principais estratégias de inclusão social;
4. Orientar os programas e ações de SAN adotando os princípios da intersetorialidade, assegurando a existência de espaços de participação e controle social da sua implementação,
5. Submeter as políticas econômica e setoriais ao cumprimento de metas sociais, em especial a geração de emprego, trabalho e renda e acesso à moradia digna, fatores determinantes do acesso a uma alimentação adequada por toda a população;
6. Fortalecer a produção agricultura familiar agroecológica e intensificar a reforma agrária, como componentes para a maior disponibilidade de alimentos.
7. Garantir o acesso e uso sustentável da água e sua relevância como patrimônio natural e bem público.
8. Assumir posição contrária à produção e comercialização dos alimentos transgênicos dado que não existe comprovação sobre os riscos à saúde humana e ao meio ambiente, adotando-se o princípio da precaução.
9. Respeitar o direito à informação sobre os produtos comercializados e controle sobre a propaganda.
10. Garantir o acesso diferenciado às populações mais vulneráveis à insegurança alimentar: negros, indígenas, mulheres, crianças e idosos a recursos e ações de SANS, visando à redução das desigualdades e a afirmação de seus direitos.
11. Garantir que a Política Nacional de Saúde seja efetivada em todos os municípios, de forma a contribuir para a reversão dos agravos relacionados à alimentação.

A II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional reafirma o direito do povo brasileiro de produzir e consumir os seus próprios alimentos, segundo o princípio da Soberania Alimentar, de forma a se ver livre da fome, miséria e da injustiça social.

Até novembro de 2003, foram atendidos 2.369 municípios e beneficiadas 1,9 milhão de famílias. Para a implantação do Cartão-Alimentação, foi organizada uma rede de 2.369 Comitês Gestores, um em cada município com até 75 mil habitantes, com a função de fazer o controle social da política de transferência de renda, assegurar a integridade do cadastro e garantir que os recursos cheguem a seus beneficiários.

A partir de outubro de 2003, com a implantação do Programa Bolsa Família, o valor do benefício dado às famílias portadoras do antigo Cartão Alimentação aumentou, em média, para R\$ 73,00. Ao final daquele ano, o programa atendia 3,6 milhões de famílias em 5.461 municípios. O compromisso do Governo Federal é atender, até 2006, com o Bolsa Família as 11,4 milhões de famílias que, de acordo com dados do IBGE, vivem abaixo da linha de pobreza no Brasil.

O benefício do Bolsa Família é preferencialmente dados às mulheres, por lidarem mais diretamente com a dieta familiar. Todo mês, cada uma dessas mulheres poderá sacar o benefício na agência da Caixa Econômica Federal. Este dinheiro é para comprar alimentos. Entende-se que nenhum centavo deste dinheiro será usado para comprar fumo, bebidas alcoólicas ou refrigerantes.

Em 2003, o Bolsa Família atendeu 3.615.596 famílias em 5.461 municípios, havendo executado um orçamento de R\$3,4 bilhões. Até maio de 2004, mais 352.985 famílias foram atendidas com um recurso previsto para o ano de R\$5,6 bilhões.

Lembrete:

Ao preferir o benefício do Bolsa Família em vez da simples distribuição de alimentos, o Fome Zero quer associar segurança alimentar e desenvolvimento. O dinheiro ajudará a ativar a economia local, favorecendo pequenos e médios produtores.

As famílias beneficiadas pelo Bolsa Família deverão organizar-se para debater entre si os avanços do programa, bem como para poder participar de outros benefícios do programa, como alfabetização, cooperativismo, agricultura familiar, construção de moradia, programa de saúde etc.

*“Neste momento, em que estamos combinando políticas estruturais com ações inclusive de solidariedade, temos que acreditar piamente na sociedade civil. Não podemos ficar exigindo ou, quem sabe, criando dificuldades para a sociedade civil participar. Ela é a razão pela qual a gente vai conseguir acabar com a fome neste país. Não será o governo. O governo pode e vai fazer a sua parte. As mudanças estruturais deste país vão acontecer. Mas isso é que nem colher uma fruta. Não adianta a gente, por pressa, colhê-la verde, porque a gente vai comer, não vai gostar e vai jogar fora.”*

Luiz Inácio Lula da Silva  
Reunião do CONSEA, Brasília, 25/02/03

### **Você Pode Ajudar**

Esta é uma oportunidade para que toda a sociedade brasileira se mobilize para combater a fome e a miséria da população carente. Para tanto, quem quer atuar no Fome Zero deve, primeiro, vincular-se a uma entidade ou instituição que já trabalha com segurança alimentar (Mesa Brasil SESC, denominações religiosas, Banco de Alimentos, ONGs etc.) ou organizar-se num PRATO (Programa de Ação Todos pela Fome Zero).

#### **O mutirão inclui:**

- Coleta e doação de alimentos
- Elaboração e difusão de cartilhas sobre segurança alimentar e educação nutricional
- Grupos de voluntários (COPOs e PRATOs) para agilizar o combate à fome.
- Iniciativas próprias que fortaleçam o êxito do Fome Zero

#### **Doação de alimentos**

Os alimentos arrecadados são prioritariamente destinados aos municípios do semi-árido em estado de calamidade pública, por causa da seca; aos acampamentos rurais à espera de

assentamento; às populações que vivem nos e dos lixões; às famílias quilombolas; às comunidades indígenas em estado de insegurança alimentar e às entidades filantrópicas dos municípios.

São consideradas doações em grande escala aquelas cujo volume perfaz mais de um caminhão. Essas devem ser entregues aos armazéns da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento; contatos: (61) 312-6000 ou conab.web@conab.gov.br), vinculada ao Ministério da Agricultura. Em sintonia com o MDS, a CONAB cuida da distribuição. Doações de alimentos não perecíveis podem ser feitas nas agências da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil ou dos Correios e também em unidades militares.

### **Políticas Setoriais Prioritárias**

Além das políticas que o Ministério do Desenvolvimento Social implementa, um conjunto de políticas estruturais, sob responsabilidade de outros ministérios, estarão convergindo para o êxito do Fome Zero, como:

#### **Reforma agrária**

- Elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária;  
O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) vai garantir o acesso à terra a 530 mil famílias até o final de 2006. Serão 400 mil famílias assentadas pelo programa da reforma agrária e 130 mil receberão terra por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário – que atinge áreas abaixo de 15 módulos fiscais e não podem ser desapropriadas. Além de garantir terra a 530 mil famílias, o governo federal prevê a regularização fundiária para outras 500 mil até o final de 2006, concedendo a elas o título definitivo da terra. Com isso, será elevado para 1.030.000 o número total de famílias beneficiadas pelo PNRA neste governo.
- Plano emergencial de assentamento de famílias acampadas;
- Recuperação de assentamentos em situação precária.

#### **Agricultura familiar**

- Plano Safra para Agricultura Familiar 2004-2005

Em julho de 2004, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o Plano Safra para Agricultura Familiar 2004-2005, que disponibilizará R\$ 7 bilhões em crédito rural para os agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Os recursos são 30% superiores aos R\$ 5,4 bilhões oferecidos no ano-safra anterior. Os recursos atenderão cerca de 1,8 milhão de famílias em todas as regiões do país. Nos últimos 12 meses, o Pronaf liberou mais de R\$ 4,5 bilhões, um aumento de 100% em relação aos recursos liberados na safra anterior. O número de pessoas que passaram a acessar o crédito também aumentou, chegando a 1,4 milhão de famílias de agricultores, incluindo mais de 450 mil novos produtores, que passarão a ter financiamentos com baixas taxas de juros, prazos especiais para pagamento e pouca burocracia.

- Ampliação do atendimento do crédito rural para agricultores familiares (Pronaf-B);

Em 2003, o Pronaf-B aumentou o valor de financiamento de R\$ 500,00 para R\$1.000,00, para investimento, custeio e assistência técnica.

- Financiamento, na “safrinha”, para a agricultura familiar.

Em 2003, foram gastos R\$ 162,2 milhões na compra direta, antecipada e local da produção de 48,3 mil agricultores e de 775 mil litros/dia de leite, em 10 estados. A meta, em 2004, é utilizar um recurso de R\$ 200 milhões para a compra da produção de 110 mil agricultores familiares e de 25 mil produtores de leite.

### **Projeto emergencial de convivência com o semi-árido**

- Implantação do Garantia Safra;

O Garantia Safra traz outra maneira de lidar com o problema da seca no semi-árido brasileiro ao introduzir as seguintes inovações:

- a) o reconhecimento de que a seca é um problema cíclico substitui a concepção emergencialista de combate aos efeitos da seca por uma outra, mais permanente, de convívio com ela. Para isso, é necessário que o poder público tenha um mecanismo constante e institucionalizado de garantia de renda ao agricultor familiar do semi-árido que tem perdas com a estiagem e vive, portanto, em uma situação de freqüente insegurança alimentar;
- b) a agricultura familiar no Nordeste tem um caráter de agricultura de subsistência. Para modificar esse quadro, além de incentivar a produção agrícola e garantir ao agricultor meios de sobrevivência em caso de seca, há que se promover também ações de capacitação para a convivência com o semi-árido com ênfase em tecnologias e culturas adaptadas;
- c) agora, Estados e Municípios são chamados a contribuir para o Fundo. Desta maneira, o Garantia Safra leva estados e municípios a se responsabilizarem por um problema histórico da região que era contornado — mas nunca resolvido — com ações emergenciais custeadas unicamente pela União;
- d) a participação da sociedade civil, com o papel de exercer o controle social do Fundo, acompanhar a ação e retirar da lista aqueles que não são agricultores familiares. Além disso, a sociedade civil participa no processo de sensibilização dos dirigentes municipais e estaduais para a adesão ao Garantia Safra antes da ocorrência da seca.

Contato: [garantiasafra@mda.gov.br](mailto:garantiasafra@mda.gov.br)

- Abastecimento emergencial de água;
- Construção, em parceria com a ASA (Articulação do Semi-Árido), de pequenas obras hídricas, como cisternas e barragens subterrâneas. Serão construídas mais 25.500 cisternas, no segundo semestre de 2004.

### **Programa de superação do analfabetismo**

- Alfabetização de adultos nos municípios e áreas atendidas pelo Fome Zero;
- Programa de educação de jovens e adultos em áreas de reforma agrária.

### **Programa de geração de emprego**

- Financiamento para habitação e saneamento para famílias de baixa renda;
- Programas de expansão do microcrédito;
- Incentivo ao turismo rural.

### **Programa de combate à desnutrição materno-infantil**

- Benefício dado pelo Bolsa Família



- Atenção básica à saúde das mães e recém-nascidos.

## 5. O que fazer?

O que você pode fazer? Faça um programa para os próximos anos. Evite agir sozinho. A união faz a força. Una-se a outras pessoas — amigos, colegas de trabalho, parentes — para que o resultado seja mais eficaz. Organize uma equipe de apoio ao Fome Zero em seu local de trabalho, igreja ou denominação religiosa, bairro, escola, clube, prédio etc. Faça o seu PRATO — Programa de Ação do Fome Zero. É com ele que você e a sua turma irão encher os pratos de quem tem fome.

### **Você pode formar o CONSEA**

O Fome Zero já estabeleceu um CONSEA — Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional — em cada estado brasileiro. Agora, quer que cada município tenha seu próprio CONSEA. O que faz o CONSEA municipal? Ele elabora diretrizes para que funcione a política local de segurança alimentar, em sintonia com as diretrizes traçadas pelo CONSEA estadual e pelo CONSEA nacional; orienta a implantação de programas sociais ligados à alimentação, estabelecendo diretrizes e prioridades; e articula a participação da sociedade civil.

O primeiro passo é procurar a Prefeitura de seu município para tratar disso. O CONSEA deve congregiar três setores da sociedade: representantes do poder público; representantes de entidades ou instituições que já atuam em segurança alimentar (denominações religiosas, sindicatos, cooperativas, ONGs etc.); e representantes da sociedade civil organizada.

Pense também em instalar um COPO – Conselho Operativo do Fome Zero.

### **Você pode arrecadar donativos**

Não nos cansamos de repetir: o mais importante para o Fome Zero não é arrecadar alimentos. O mais importante é criar condições para que os beneficiários venham a se tornar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, e passem a produzir renda. Porém, “a fome é ontem”, dizia a poeta chilena Gabriela Mistral. “E não pode esperar”, acrescentava Betinho.

Se o seu PRATO, comitê ou equipe, empresa ou entidade religiosa arrecada alimentos não perecíveis, é preciso que você saiba como proceder, para que eles não fiquem estocados, correndo o risco de perderem o prazo de validade de consumo ou se deteriorarem.

Antes de arrecadar alimentos, saiba a quem destiná-los. Procure entidades e instituições que já prestam serviço à população carente, como o Mesa Brasil SESC, o Banco de Alimentos; as comunidades religiosas de todos os credos, as ONGs (Organizações Não-Governamentais) etc.

Estabeleça um ponto de coleta de donativos: uma entidade religiosa, uma garagem, um clube, uma loja etc. Faça os donativos chegarem o quanto antes às mãos da entidade ou instituição que tem contato direto com quem tem fome.

*“Não adianta apenas distribuir comida. Se não atacarmos as causas da fome, ela sempre irá voltar, como já aconteceu outras vezes em nossa história. O Projeto Fome Zero combina, de um modo novo, o emergencial com o estrutural. É preciso dar o peixe e ensinar a pescar. Ensinar a pescar é criar empregos nas regiões onde hoje existem fome e pobreza. Ensinar a pescar significa melhorar as condições de vida da população. Ensinar a pescar é dar ao povo*

*uma educação de qualidade. É saúde digna. É salário e renda. Ensinar a pescar é fazer a reforma agrária. É incentivar a agricultura familiar. É estimular o cooperativismo, o micro-crédito e a alfabetização. Ensinar a pescar é preparar as pessoas para uma profissão e um emprego. É criar condições para que elas se sustentem sozinhas. Ensinar a pescar, enfim, é libertar milhões de brasileiros, definitivamente, da humilhação das cestas básicas. É fazer com que todos, absolutamente todos, possam se alimentar adequadamente, sem que para isso precisem da ajuda dos outros”.*

Luiz Inácio Lula da Silva

Lançamento do Fome Zero, Brasília, 30/01/03

Evite fazer o que possa ser considerado assistencialismo. O Fome Zero, como disse o presidente Lula no lançamento do programa, “não quer apenas dar o peixe, mas ensinar a pescar”. Confira a qualidade do trabalho da entidade ou instituição à qual você repassa os donativos: ela faz um trabalho pedagógico de inclusão social, de modo que as pessoas beneficiadas venham a recuperar sua auto-estima e se sentir verdadeiras cidadãs?

Se preferir, seu comitê ou PRATO pode cuidar de fornecer alimentação sadia a uma comunidade carente: uma creche, um asilo, um grupo que mora na rua, um centro de acolhimento de portadores de deficiência física ou mental, uma escola pública da periferia, a carceragem de uma delegacia etc. Vamos aos exemplos do que o seu comitê ou PRATO pode fazer:

## **Exemplos**

### **Banco de alimentos e colheita urbana**

Junto com o CONSEA municipal, o seu comitê pode organizar um Banco de Alimentos, à semelhança do que existe em Santo André, SP. Ali, graças a uma rede de voluntários e à infraestrutura fornecida pela prefeitura (transporte, local de processamento dos alimentos etc.), o Banco recolhe alimentos perecíveis, como pães ofertados por padarias e doações de restaurantes, e não perecíveis, como enlatados, e os faz chegar, no mesmo dia, às entidades cadastradas que cuidam de pessoas em situação de carência alimentar.

Além de favorecer entidades e obras beneficentes, o Banco de Alimentos cria uma política de redução do desperdício.

Em 2003, foi implantado o Mesa Brasil SESC para formar uma rede nacional de solidariedade em 30 cidades dos 27 estados, com 31 unidades que funcionam como bancos de alimentos não-perecíveis e como centros receptores da colheita urbana — a coleta diária de alimentos frescos. Neste período, foram arrecadados 4,8 milhões de quilos de alimentos, 180.691 pessoas atendidas por dia e 1.185 entidades assistidas permanentemente. Foram realizadas 536 ações educativas mobilizadas por uma equipe de 23.876 multiplicadores treinados. A meta para 2004 é arrecadar 11,4 milhões de quilos com o atendimento diário de 400.000 pessoas. (Contatos: [sesc@sesc.com.br](mailto:sesc@sesc.com.br) ou no site [www.mesabrasil.sesc.com.br](http://www.mesabrasil.sesc.com.br))

Em seu primeiro ano, o Fome Zero implantou e ampliou 8 bancos de alimentos, que beneficiam mais de 60 mil pessoas. A meta, em 2004, é a implantação de 100 bancos semelhantes, nas capitais e nas principais cidades do interior.

### **Cestas básicas emergenciais**

O Fome Zero prioriza favorecer a renda dos beneficiários, através do Programa Bolsa Família. No entanto, distribuirá cestas básicas emergenciais quando as famílias, em situação de risco alimentar, assim preferirem. É o caso das famílias acampadas, cerca de 80 mil em todo o país; das comunidades indígenas, com cerca de 43 mil famílias; e das comunidades quilombolas, com cerca de cinco mil famílias.

Em 2003, foram distribuídas cestas alimentares a 243 mil famílias acampadas, 20 mil famílias indígenas e 15 mil famílias quilombolas.

Você pode ajudar a coletar cestas básicas, e entregá-las a essas comunidades organizadas.

### **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**

Atua em parceria com o Ministério da Educação (MEC). No lançamento do Fome Zero, em 30 de janeiro de 2003, o presidente Lula dobrou, de R\$ 0,06 para R\$ 0,13, a contribuição do Governo Federal à merenda de crianças de quatro a seis anos de idade e, em junho desse mesmo ano, foram repassados às creches R\$ 0,18 para cada criança de zero a três anos.

O PNAE deverá priorizar a compra de alimentos dos produtores locais; aumentar o valor nutritivo da merenda escolar; e capacitar as merendeiras.

Com o propósito de atrair alunos e mantê-los em salas de aula, o Governo Federal estendeu o benefício da merenda escolar às creches e às comunidades indígenas em 2003. Os recursos para a ampliação desse repasse chegaram a R\$ 161,5 milhões e beneficiaram 4,4 milhões de crianças da pré-escola e de escolas indígenas, e 881 mil crianças em 17,6 mil creches

Quase 870 mil crianças de zero a três anos passaram a ser beneficiados com a contribuição diária de R\$ 0,18 por aluno. Elas receberam merenda durante 151 dias letivos. A partir de 2004, receberão por 250 dias.

Em outubro de 2003, o PNAE passou a atender alunos das comunidades indígenas. O valor diário para 115 mil alunos foi alterado de R\$ 0,13 para R\$ 0,34 por aluno. O atendimento passou de 200 para 250 dias letivos.

Em novembro de 2003, o MEC repassou R\$ 1,2 milhão ao Projeto Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, para garantir reforço alimentar a 108,6 mil alunos de 543 escolas públicas do ensino fundamental. Tiveram prioridade escolas localizadas em áreas urbanas de risco social que oferecem atividade física aos estudantes.

Seu PRATO pode ajudar a melhorar a qualidade da merenda de um Centro de Educação Infantil ou de uma escola mais necessitada. Assuma esse desafio.

### **Bancos de sementes comunitários**

No Alto Sertão da Paraíba existem 89 bancos comunitários, que movimentam quase 30 mil quilos de sementes, sobretudo de milho. O trabalho envolve cerca de 2.460 famílias, organizadas em associações comunitárias e sindicatos de trabalhadores rurais. No sertão nordestino, 15 bancos de sementes, em oito municípios, mobilizam 988 famílias, que lidam

com sementes de milho, feijão, fava, arroz e algodão. Existem outros bancos na Paraíba. Você pode ajudar a formar estes bancos de sementes no semi-árido.

### **Restaurantes populares**

Restaurantes populares, como os que já funcionam em Belo Horizonte ou no Rio de Janeiro, criam uma rede de proteção alimentar, nas áreas metropolitanas, em zonas de grande circulação de trabalhadores de baixa renda e desempregados. Esses passam a contar com alimentação balanceada, de qualidade, a preços populares.

Priorizando os produtos de pequenos e médios agricultores, o Restaurante Popular ativa a economia local.

Em 2003, foram instalados 64 restaurantes populares e cozinhas comunitárias que comercializaram cerca de 17 mil refeições diárias. A implantação de mais 40 restaurantes e 260 cozinhas é a meta do Ministério do Desenvolvimento Social em 2004.

### **Educação alimentar, nutricional e para o consumo**

Para o Fome Zero, alimentação e educação não estão separadas. Por isso, promove iniciativas na linha da educação alimentar e nutricional, estimulando os beneficiários a adotarem melhores hábitos de alimentação e de consumo, valorizando a culinária regional e local. Nesse sentido, o programa fará campanhas também através do rádio e da televisão.

A fome do brasileiro nem sempre existe por falta de comida; muitas vezes é por falta de educação nutricional. Em geral, come-se mal, desprezando alimentos de alto valor nutritivo ou deixando de plantar uma horta caseira ou comunitária.

É muito importante criar recursos para a educação alimentar: os cursos de culinária podem estar associados à alfabetização, com cartilhas, cartazes e vídeos.

Importante à educação alimentar é a higiene bucal. É preciso aprender a cuidar dos dentes, evitando consumir açúcar e escovando-os após cada refeição. Nas escolas infantis estas rotinas precisam ser ensinadas, para que desde cedo as crianças adquiram hábitos saudáveis.

Mobilização e capacitação escolar, implantação de cozinhas didáticas em unidades móveis, produção de vídeos, programas de rádio e tv, e distribuição de 3 milhões de cartilhas são algumas das iniciativas implementadas em 2003 e 2004.

O Ministério do Desenvolvimento Social, em parceria com os Ministérios da Saúde e da Educação, e a Fundação Roberto Marinho implantaram o projeto Educação à Mesa para promover a diminuição dos problemas causados pela alimentação inadequada, como a desnutrição, obesidade, diabetes e a hipertensão. O projeto, inicialmente, atenderá 10 comunidades do Nordeste, Norte e Minas Gerais.

Para apoiar a prevenção e o combate à desnutrição materno-infantil o MDS, em parceria com a Salus/Centro de Recuperação e Educação Nutricional, lançou o “Projeto Eu Aprendi, Eu Ensinei”, voltado, inicialmente, para escolas públicas de ensino médio do Norte de Minas Gerais. O Fome Zero também tem apoiado a organização da Tabela Brasileira de Composição de Alimentos, dentro das ações de educação para o consumo.

Contatos: Projeto Educação à Mesa, no site [www.frm.org.br](http://www.frm.org.br)  
Projeto Eu aprendi, eu ensinei – (11) 5584-6674

### **“Sopão”**

Uma das iniciativas que você pode tomar é ajudar a organizar, uma ou duas vezes por semana, um “sopão” para quem vive na rua. Procure um(a) nutricionista para saber como tornar a refeição saborosa e nutritiva. Não se restrinja a distribuir a sopa. Faça um cadastro de cada pessoa favorecida pela refeição. Nome, data e local de nascimento, escolaridade, trabalhos que já exerceu, estado de saúde, se tem ou teve família (esposa/esposo e filhos) etc.

### **Documentos e emprego**

Incentive quem não tem documentos a tirá-los. Ajude a pessoa a fazer o registro civil. Encontre meios de facilitar o retorno ao local de origem daqueles que assim desejam. Procure restabelecer os vínculos da pessoa beneficiada com a própria família. Ajude-a a encontrar um emprego ou fazer um curso profissionalizante ou de alfabetização. Leve-a para fazer um exame médico.

### **Articulação com o que já se faz bem**

Procure meios de ajudar essas pessoas que vivem na rua a se tornarem produtivas. Por exemplo, já existe no Brasil o Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis. A partir dessa atividade, muitos recuperam sua capacidade de gerar renda, sua auto-estima, seu entusiasmo pela vida.

### **A beleza é necessária**

É preciso saciar também a fome de beleza, ou seja, recuperar a auto-estima, a visão de mundo, a cidadania. Crie a possibilidade de a turma do “sopão” assistir a um filme ou a uma peça de teatro. Os filmes de Carlitos, por exemplo, podem favorecer um bom debate.

### **Roupas e remédios**

Nesse contato em que o povo da rua ganha rosto e nome para você, o seu comitê ou PRATO poderá fornecer algo mais que os ingredientes da sopa. Poderá coletar também roupas e remédios. E oferecer condições e oportunidade de inclusão social, como a documentação, a reinserção no núcleo familiar e no mercado de trabalho.

### **Descobrir talentos**

Procure descobrir os talentos de cada um. Você terá grandes surpresas! Você vai ver que há pessoas que gostam de tocar um instrumento musical, ou de dançar, ou de cozinhar, ou de lidar com animais, ou de trabalhar na lavoura. Sua iniciativa pode ajudar estas pessoas a reencontrarem o que as faz felizes.

### **Creche**

Procure uma creche de crianças carentes ou ajude a formar uma, já que é cada vez maior o número de mulheres chefes de família. (Na América Latina, 25% dos chefes de família são mulheres). Muitas não podem trabalhar porque não têm com quem e nem onde deixar os filhos.

Além de fornecer alimentos à creche, você pode estabelecer parceria com a Pastoral da Criança, que cuida de crianças de zero a seis anos de idade e de mulheres gestantes ([www.pastoraldacrianca.org.br](http://www.pastoraldacrianca.org.br)). Procure também os Agentes Comunitários de Saúde. No seu município deve funcionar também o Núcleo de Atendimento à Família. Essas parcerias são importantes.

Através das crianças da creche, entre em contato com as famílias. Faça um cadastro de cada uma delas. Verifique como vive, que dificuldades enfrenta, como se alimenta. Encaminhe à

escola as crianças que, por acaso, estejam fora da sala de aula; oriente a família quanto à Bolsa Escola; encaminhe o desempregado ao Seguro-Desemprego e a um curso profissionalizante; favoreça o atendimento dos doentes etc.

Preste muita atenção nos irmãos e irmãs da criança matriculada na creche. Podem ser meninos e meninas ou adolescentes em situação de risco. Examine as dificuldades que enfrentam e os sonhos que acalentam. Crie formas de evitar que caiam na marginalidade. Organize com eles/elas grupo de teatro, videoclube, oficinas de arte e literatura, artesanato etc.

Através da creche a sua equipe de participação no Fome Zero pode prestar um importante serviço a inúmeras famílias.

Saiba que, segundo o UNICEF, uma menina escolarizada tem mais condições de prevenir-se de uma gravidez precoce ou indesejada, da prostituição, da possibilidade de transmitir doenças venéreas, da procriação irresponsável, do risco de abandonar filhos na rua etc. É preciso enfatizar na educação dos jovens que eles são co-responsáveis na prevenção da gravidez e de doenças sexualmente transmissíveis.

### **Asilo**

No Brasil há uma tendência a um aumento progressivo de pessoas idosas. Esta é uma questão para a qual a sociedade não está devidamente preparada. Faça parceria com quem já trabalha com pessoas da terceira idade. Muitas vivem em recolhimentos precários, sem alimentação adequada. Procure informar-se com um(a) nutricionista para saber como balancear adequadamente a dieta dos beneficiados. Incentive ao trabalho aqueles que ainda dispõem de condições físicas e mentais, e podem ajudar, por exemplo, na cozinha e na copa.

Cuide da higiene pessoal das pessoas beneficiadas e da limpeza do local. Isso é muito importante para ajudá-las a resgatar a auto-estima. Você não imagina os resultados que pode dar a organização, no local, de um salão de beleza.

Você poderá também motivar médicos e enfermeiros voluntários para atender o asilo. Organize atividades culturais e lúdicas, como peças de teatro, videoclube, saídas para ir ao cinema, passeios, e também festas de aniversário e eventos religiosos. Eles são importantíssimos para manter estas pessoas em contato com a sociedade.

Após sete anos de tramitação no Congresso, o Estatuto do Idoso foi aprovado em setembro de 2003 e sancionado pelo presidente da República no mês seguinte, ampliando os direitos dos cidadãos com idade acima de 60 anos.

O Estatuto traz uma mudança que vai beneficiar 250 mil idosos carentes com uma renda adicional de um salário mínimo por mês. O motivo é a redução da idade mínima para pedir o benefício social da Lei Orgânica de Assistência Social de 67 anos para 65 anos.

O benefício social é pago pelo INSS para idosos carentes que nunca tenham contribuído com a Previdência. É considerado carente todo o idoso cuja a renda familiar *per capita* em sua casa não ultrapasse um quarto de salário mínimo.

### **Lixões**

Há muitos lixões pelo Brasil afora, sobretudo em torno das cidades mais populosas. Ali vivem famílias que se alimentam de restos de comida atirada ao lixo.

Se o seu PRATO ou comitê decide atuar junto a esta população carente, procure cadastrar essas famílias, estabelecer com a Prefeitura um programa de moradias para elas, encaminhar as crianças à creche e à escola, alfabetizar adultos, incluí-los em cursos profissionalizantes etc.

Com os alimentos doados, crie ali uma Cozinha Comunitária, envolvendo os beneficiários no preparo e na distribuição dos alimentos.

O Programa Nacional Lixo e Cidadania, lançado em junho de 1999, visa erradicar o trabalho infantil em todo o Brasil. A campanha “Criança no Lixo, Nunca Mais”, organizada pelo Fórum Nacional Lixo e Cidadania, quer retirar as crianças do trabalho no lixo, dando-lhes vaga na escola, atividade de complementação escolar e renda cessante, ampliar a renda para as famílias que vivem do lixo, com capacitação e apoio à organização dos catadores, e erradicar os lixões e recuperar as áreas degradadas pelo lixo.

O Fórum Nacional Lixo e Cidadania é hoje composto por 56 instituições governamentais e não governamentais, instituições sociais, religiosas, financeiras, nacionais e internacionais, representações municipais e parlamentares, Ministério Público, movimentos de catadores, iniciativa privada e mídia. Contatos: (11) 3034-4468 ou no site [www.lixoecidadania.org.br](http://www.lixoecidadania.org.br)

### **Acampamentos e assentamentos rurais**

Procure fazer uma parceria com o movimento que representa os acampados e assentados. Estabeleça com ele uma agenda de trabalho. Ele dirá quais são as necessidades e prioridades dos sem-terra.

Organize com as fontes doadoras locais (empresas, cooperativas, poder público) um sistema de canalização permanente de recursos aos beneficiários.

Procure instalar na área equipamentos sociais indispensáveis à inclusão social: escolas, postos de saúde, alfabetização de adultos, cursos profissionalizantes, sobretudo cursos que tratam da agricultura familiar, da formação de cooperativas, do acesso ao crédito agrícola etc.

Promova debates sobre políticas públicas com os beneficiados, em especial a reforma agrária. Convém que tenham uma visão das lutas pela terra ao longo da história do Brasil e da América Latina.

### **Remanescentes de quilombos**

Existem no Brasil quase 1.000 remanescentes de quilombos, áreas que são habitadas, ainda hoje, por descendentes de escravos. Se você vive próximo a um deles, entre em contato para verificar como estabelecer uma parceria com o Fome Zero.

Por exemplo, na periferia da Grande São Paulo há um movimento religioso que atua junto a um desses núcleos populacionais. O centro do trabalho é uma padaria que foi ali instalada. Quase todas as mulheres trabalham no preparo de pães, para alimentar suas famílias. O



excedente é vendido, obtendo-se renda para a comunidade. Muitos jovens, homens e mulheres, encontraram emprego em padarias após alcançarem essa qualificação profissional.

Priorize, aqui também, a escolaridade de crianças e jovens, a agricultura familiar, o trabalho em artesanato, e atividades artísticas, como a música, a dança e a pintura, que abrem portas para que estas pessoas encontrem seu lugar no mundo.

Em 2003, o Governo Federal implementou planejamento participativo das ações estruturais do Fome Zero em 150 comunidades quilombolas por convênio com a Fundação Palmares.

### **Núcleos populacionais carentes (favelas, vilas, palafitas etc.)**

A melhor maneira de entrar em contato com esses núcleos populacionais é ser conduzido por uma entidade ou instituição que já desenvolve ali algum trabalho, como as entidades religiosas. Examine com a população local quais são as carências básicas. Se for alimentação, comece por priorizar as crianças, os idosos e os enfermos. Analise com eles a possibilidade de se desenvolver hortas comunitárias. Cadastre os mais pobres para que tenham direito ao Bolsa Família do Fome Zero.

Promova cursos de alfabetização, de primeiros socorros, de saúde comunitária, ou profissionalizantes. Ajude essas pessoas a ter seus documentos em dia. Encaminhe os desocupados para o Seguro-Desemprego.

Você pode ajudar a comunidade a se organizar em Centro Comunitário ou Associação. Para promover atividades culturais, lúdicas e esportivas, procure escolas, clubes, unidades militares existentes nas redondezas, para que cedam seus equipamentos materiais, espaço, quadra, e outros aos moradores do núcleo. Leve até lá grupos jovens de teatro, cinema, vídeo, dança, pintura etc.

Por exemplo, em favelas do Rio de Janeiro, há trabalhos de orquestras infantis, de dança, de circo, de capoeira com crianças em situação de risco. A criança que frequenta os ensaios ganha, no fim do mês, uma cesta básica ou uma bolsa de estudo. Mas o mais importante é a auto-estima que as crianças recuperam e as perspectivas de vida que isto abre para o seu futuro.

### **Aldeias indígenas**

Elas também são prioridade no Fome Zero. Caso você viva numa delas, ou próximo a uma delas, entre em contato com o Fome Zero para saber como estabelecer parceria.

Ajude a criar ou a consolidar seus sistemas de educação, saúde e produção alimentar e artesanal. Colabore para que ela não seja alvo de aproveitadores e exploradores.

Em 2003, a Embrapa realizou convênios com os governos do Mato Grosso do Sul e do Rio Grande do Sul para ações estruturantes do Fome Zero nas comunidades indígenas daqueles estados.

A demarcação das terras indígenas é fundamental. Contribua para que esse processo tenha êxito.

## 6. Inclusão social

O Fome Zero quer bem mais do que assegurar a cada brasileiro(a) uma alimentação sadia e suficiente. Pretende, sobretudo, acabar com a exclusão social. É claro que isso não depende apenas da ação voluntária de inúmeras pessoas dispostas a integrar o mutirão de combate à fome. Depende da possibilidade de somar as ações emergenciais — como as que o seu comitê pode fazer — às medidas estruturais, como as cinco reformas prioritárias do governo Lula: previdenciária, tributária, agrária, trabalhista e política.

Como participar das reformas estruturais? Uma forma é manter contato com o deputado federal e o senador que você elegeu, de modo que eles atuem nessa direção transformadora que visa erradicar a enorme desigualdade que, hoje, marca a nação brasileira.

Escreva ou fale com os parlamentares da esfera federal sobre a importância, para zerar a fome no Brasil, de ser aprovado o Estatuto do Bom Samaritano. Em maio de 2004, o Estatuto — Projeto de Lei 4.747/98 — estava em tramitação e pronto para votação, em regime de urgência, na Câmara dos Deputados (contatos: 0800 619-619 ou no site [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)).

Atualmente, se uma rede de supermercados joga no lixo alimentos ainda próprios para consumo, nada lhe acontece. Se doa, paga ICMS; e se o beneficiário passar mal ao consumir o alimento, o doador é punido pela lei.

É preciso que o Congresso Nacional modifique a lei, invertendo essa ordem de valores. Severas punições para quem joga alimentos no lixo! E isenção de impostos para quem doa alimentos sob rigoroso controle de qualidade e condições de consumo.

Mas você e seu comitê ou PRATO podem fazer muito mais: podem assumir um dos núcleos populacionais acima citados, reunindo esforços para garantir a ele alimento, educação nutricional, escola, saúde, trabalho e cultura. Torne-se, assim, solidário com aqueles que padecem por carência alimentar e parceiro do Governo Federal.

### Ação solidária

O Fome Zero prioriza os municípios do semi-árido nordestino; os acampamentos e assentamentos rurais; os remanescentes de quilombos; as aldeias indígenas; e os lixões. Considera também importante a grande cidade com os seus bolsões de miséria.

Uma das propostas de participação no programa é a sua empresa / escola / entidade religiosa / associação / clube / família assumir um dos municípios do semi-árido, ou um acampamento ou assentamento rural, ou um antigo quilombo, ou uma aldeia indígena, ou um lixão, ou crianças de uma favela.

Exemplo: a prefeitura de Diadema, SP, junto com a CONIB (Confederação Israelita Brasileira), tornou-se parceira de Itinga, município do Vale do Jequitinhonha, MG. Através dessa ação solidária Itinga poderá ter melhorias nas áreas de nutrição, saúde, educação, cultura etc. Melhorará, graças a essa solidariedade, seu índice de desenvolvimento humano.

O mesmo pode ser feito entre entidade-entidade, associação-associação, sindicato-sindicato etc. Veja a cartilha “Como os voluntários podem fazer parte do Fome Zero” no site [www.facaparte.org.br](http://www.facaparte.org.br).

## Sede Zero

O Fome Zero abarca, também, o Sede Zero. Pois, dos 3,3 milhões de domicílios rurais do Nordeste, indicados pelo PNUD, mais de 2/3 são habitados por pessoas obrigadas a longas caminhadas diárias, sobretudo mulheres e crianças, para buscar água. Na maioria dos casos, a falta de alternativa obriga-as a utilizarem água imprópria e, por vezes, contaminada para consumo humano. Há ocasiões em que se esperam dias, e até semanas, pelo abastecimento do caminhão-pipa, muitas vezes manipulado com interesses eleitoreiros. Não se trata mais de falar em “combate à seca”. Trata-se, agora, de saber conviver com o semi-árido, construindo um novo modelo de desenvolvimento para a região.

O acesso à água de boa qualidade é o maior problema enfrentado pelas populações rurais do Nordeste e do Vale do Jequitinhonha (MG). Para resolver esse problema, um conjunto de mais de 800 entidades (ONGs, entidades religiosas, associações, sindicatos etc.) dão-se as mãos na ASA — Articulação no Semi-Árido (contato: 81 2121-7666 ou no site [www.asabrasil.org.br](http://www.asabrasil.org.br)). Junto com o Ministério do Meio Ambiente e com a ANA (Agência Nacional de Águas), a ASA desenvolve o programa P1MC — Programa 1 Milhão de Cisternas.

Vamos construir 1 milhão de cisternas familiares para coletar água da chuva. Em geral, as cisternas comportam 16 mil litros de água, obtidos no período das chuvas (“inverno”). É o suficiente para o consumo familiar (cozinha e higiene) de, em média, cinco pessoas, durante oito ou nove meses.

Cerca de 42 mil cisternas já foram construídas, sempre com a participação da família beneficiada. Em 2002, foram abertas mais de 12 mil cisternas. Em 2003, mais de 25 mil. Incluindo a parte educativa, o custo de uma cisterna é em torno de R\$ 1.500,00. Em abril, o presidente Lula liberou recursos para a ASA construir, neste ano, mais de quinze mil cisternas. A FEBRABAN (Federação dos Bancos) fez um convênio com a ASA para financiar mais dez mil cisternas. Mesmo em anos de seca chove em média 250mm no semi-árido, o que significa água suficiente para abastecer as famílias nos períodos críticos da seca, desde que devidamente armazenada.

O programa de convivência com o semi-árido propõe:

- O fortalecimento da agricultura familiar, em módulos fundiários compatíveis com as condições ambientais;
- A descentralização das políticas e dos investimentos, de modo a permitir a interiorização do desenvolvimento, em prol dos municípios do semi-árido;
- A priorização de investimentos em infra-estrutura social (saúde, educação, saneamento, habitação, lazer), particularmente nos municípios de pequeno porte;
- Maiores investimentos em infra-estrutura econômica (transporte, comunicação e energia), de modo a permitir o acesso da região aos mercados;
- Estímulo à instalação de unidades de beneficiamento da produção e empreendimentos não-agrícolas;
- A regulação dos investimentos públicos e privados, com base no princípio da harmonização entre eficiência econômica e sustentabilidade ambiental e social.

Em 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário cria o Pronaf Semi-Árido que estabelece crédito especial para a construção de pequenas obras hídricas, como cisternas, barragens para irrigação e dessalinização da água.

O Ministério do Desenvolvimento Social pretende aplicar R\$ 30 milhões para acelerar o desenvolvimento do Programa Sede Zero e atingir a meta global de 50.000 cisternas construídas até o final de 2004.

## **1 Milhão de Cisternas**

Construir, no semi-árido, um milhão de cisternas! — eis a proposta do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido, conhecido pela sigla P1MC (Programa 1 Milhão de Cisternas). É um trabalho educativo, um processo de capacitação que envolve diretamente cerca de um milhão de famílias. Famílias e parceiros são qualificados para construir um milhão de cisternas rurais (cada cisterna dura cerca de 30 anos).

Cada família beneficiária é capacitada para a convivência com o semi-árido, o gerenciamento dos recursos hídricos e públicos, a construção de cisternas, e a administração financeira dos recursos advindos do P1MC.

O programa está previsto para ser implementado em cinco anos, a um custo total de US\$ 424,3 milhões (cerca de R\$ 1,5 bilhão).

Até maio de 2004, o P1MC construiu 17.428 cisternas com recursos do Governo Federal, e outras 62 estão em construção. O MDS acaba de fechar convênio com o P1MC para a construção de mais 25.500 cisternas no período de junho a dezembro de 2004.

A Mobilização Social do Fome Zero levou a FEBRABAN a construir 10.329 e mais 185 em construção. No total, são 27.757 cisternas e 28.560 famílias mobilizadas.

Você e o seu comitê ligados ao Fome Zero podem ajudar nesse desafio, levantando recursos para a construção de algumas cisternas.

Contribua com o Programa 1 Milhão de Cisternas. Faça com que o seu PRATO, a sua família, empresa, entidade religiosa ou escola, colegas de trabalho e amigos, empenhem-se na coleta de R\$ 1.500 — o custo de uma cisterna — e remeta essa quantia à ASA, para abrir uma cisterna. Contatos nos sites [www.asabrasil.org.br](http://www.asabrasil.org.br) e [www.cliquesemiario.org.br](http://www.cliquesemiario.org.br).

## **Programa Escolas-Irmãs**

O Programa Escolas-Irmãs é uma das vertentes da mobilização social do Programa Fome Zero, dirigida especialmente ao segmento estudantil.

Este Programa visa um intercâmbio cultural entre escolas de diferentes partes do país, que vivam diferentes realidades sociais, levando melhorias concretas aos ambientes de aprendizagem.

A primeira ação é a troca de correspondência entre os alunos, professores e funcionários das duas escolas parceiras. Na correspondência, além de informações sobre o cotidiano e o fazer pedagógico de cada uma das escolas, são expostas as reais necessidades daquelas escolas, explicitadas não por observadores remotos, mas por aquelas pessoas que vivem o dia a dia da escola. A partir disso, um plano de atuação é traçado.

Este plano pode, por exemplo, almejar a construção de um projeto pedagógico comum, ou prover a biblioteca da escola irmã com grandes obras da literatura, ou enviar à escola irmã peças de artesanato local, ou sementes de árvores frutíferas típicas da região ou ainda planejar um intercâmbio de alunos ou professores para uma troca de experiências.

A novidade deste Programa é que a relação entre as escolas não é unilateral, não há apenas uma relação de solidariedade ou de ajuda pura e simplesmente. Há uma relação de troca em que ambos os parceiros têm compromissos um com outro.

O importante é que as crianças e adolescentes se conheçam, descubram o que tem de interessante em sua região, mostrem-se para a escola parceira, orgulhem-se de suas riquezas culturais, sintam-se valorizados por poder influenciar a vida do outro.

Se a sua escola também estiver interessada em participar, basta enviar um e-mail para [escolasirmas@yahoo.com.br](mailto:escolasirmas@yahoo.com.br) ou ligar em nossos escritórios: (11) 3471-5106, em São Paulo; (61) 935-1961, em Brasília, ou (31) 3286-0051, em Belo Horizonte.

### **Parceria Empresa Município – PEM**

O PEM estabelece a parceria entre uma empresa, uma entidade empresarial, uma escola ou universidade e um município, uma aldeia indígena, uma comunidade quilombola, uma favela, uma população que vive ligada a algum lixão ou grupo de assentamento rural.

A empresa vai ao município com acompanhamento do Governo Federal e apoio de diversos ministérios, empresas estatais e apoiadores nacionais. A parceria será oferecida à prefeitura local e, junto com a empresa e os apoiadores, desenvolverá um projeto, com base em diagnósticos, onde serão tratados três blocos específicos:

- Preservação e manutenção da vida: cuida de todos os aspectos da população em risco nutricional ou de saúde, procurando resolver os problemas de acesso ao alimento, moradia e qualidade da água;
- Agregação de capacidades: busca dar conhecimentos profissionais ao chefe de família para que tenha uma profissão e consiga prover o sustento dos seus; e
- Geração de oportunidades de trabalho, emprego e renda: procura, nas habilidades naturais da região, determinar iniciativas para a reativação da economia local e a geração de oportunidades de trabalho aos cidadãos necessitados, agora treinados para essas atividades.

### **Empresas: o que podem fazer**

Existe um manual específico intitulado Como as empresas podem apoiar e participar do combate à fome, publicado pelo Instituto Ethos (consulte o site [www.fomezero.org.br](http://www.fomezero.org.br)). Entre as sugestões listadas, destacam-se:

### **1. Investir nos jovens, reforçando a política do primeiro emprego**

Há 35 milhões de brasileiros(as) com idade entre 12 e 24 anos. Propõe-se que as empresas ofereçam a jovens entre 16 e 24 anos contratos de estudo-profissionalização-trabalho-salário. Podem ser contratados para trabalhar na própria empresa ou em projetos sociais, como os que estão vinculados ao Fome Zero. Assina-se, entre o jovem e a empresa, um termo de compromisso. A empresa compromete-se a manter o jovem na escola e apoiar a sua escolarização e formação profissional. O jovem compromete-se a permanecer no curso até que se conclua sua formação universitária ou profissional.

- Em maio de 2004, foram feitas alterações no Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para aumentar a adesão de empresas ao programa. Agora, ficará mais fácil garantir a oferta de vagas no mercado de trabalho para jovens que nunca trabalharam. Dentre essas alterações estão o aumento do valor de repasse à empresa para R\$ 250 e a aceitação do contrato de trabalho por prazo determinado. Também jovens com ensino médio agora podem fazer parte do Programa, desde que o seu número não ultrapasse 30% dos admitidos.
- Com o Programa Soldado Cidadão, voltado para a ocupação e capacitação profissional dos jovens de baixa renda, serão criadas, a partir de agosto, mais 30 mil vagas para recrutas nas Forças Armadas, completando o total de 100 mil postos. O programa é uma parceria entre o Ministério da Defesa e o Ministério do Trabalho e Emprego. Por meio dele, os recrutas receberão educação profissionalizante e, quando passarem para a reserva, serão encaminhados para o mercado de trabalho por meio do Sistema Nacional de Emprego (SINE).

### **2. Agências de microcrédito solidário**

São entidades autônomas, formadas por membros da comunidade local — funcionários da empresa ou não — que emprestam quantidades mínimas de recursos para que pessoas pobres possam iniciar ou ampliar um negócio, reformar a casa, comprar uma bicicleta ou outro bem. As pesquisas comprovam que os índices de inadimplência para esse tipo de operação são muito baixos e o retorno social desse tipo de investimento é compensador. Os empréstimos pelo sistema de microcrédito giram em torno de R\$ 1.000 e são concedidos preferencialmente às mulheres. O BNDES está autorizado a conceder empréstimos para atividades informais (que representam 77% dos micro-empresendedores da carteira do banco).

Informações no site [www.bndes.gov.br/programas/sociais/microcredito.asp](http://www.bndes.gov.br/programas/sociais/microcredito.asp)

Para levar o microcrédito a maior número de pessoas é importante que lhes seja dado acesso aos serviços básicos de um banco. Trinta milhões de brasileiros não têm conta bancária. São brasileiros que trabalham em sua maioria no setor informal da economia, sem comprovação de renda e não acostumados com os procedimentos bancários, como vendedores, sacoleiras, doceiras, artesãos, pedreiros, pintores, camelôs, faxineiras, diaristas, empregadas domésticas, taxistas, motoristas, carregadores, entregadores, motoboys, entre outros. Para estes, foi criada a conta simplificada que pode ser aberta apenas com a apresentação de Identidade e CPF, sem comprovação de renda ou endereço e é movimentada apenas por cartão magnético.

- Em dezembro de 2003, o Conselho de Administração do Banco do Brasil recebeu autorização do Banco Central para fundar o Banco Popular do Brasil. O Banco Popular do Brasil oferece inicialmente a conta corrente simplificada, com uma linha de crédito de R\$ 50,00 a R\$ 300,00, com juros de 2% ao mês, e os serviços de

recebimento de contas, cartão de crédito, seguro e fundos de investimentos. No início de sua operação serão 20 lojas instaladas em três estados brasileiros. A meta é atingir 4500 postos até o final de 2004. (Contatos: em São Paulo, (11) 4004-2929; nas demais localidades, 0800 729-2929).

- Seis meses após o seu lançamento em junho de 2004, a Conta Caixa Aqui já atendia um milhão de correntistas, o dobro da meta traçada inicialmente pela Caixa Econômica Federal para esse tipo de serviço. A Conta Caixa Aqui, uma conta simplificada de fácil abertura, em menos de um ano, ultrapassou a marca de 1,5 milhão de clientes. Do total de correntistas Caixa Aqui, quase 510 mil já têm aprovado um crédito de R\$ 200,00 a juros de 2% ao mês. (Contatos: em São Paulo, (11) 6612-2600; nas demais localidades, 0800 574-0101).

## **7. As iniciativas brasileiras no combate à fome e à pobreza no mundo**

A mobilização de apoio político e financeiro para a erradicação da pobreza e da fome tornou-se também uma das principais ações da política externa brasileira, de forma coerente com a Cúpula Mundial da Alimentação de reduzir a Fome a 50% até o ano de 2015. Como declarou o Presidente Lula, é necessário que lutemos, por meio de uma ação conjunta, para combater a fome, de modo a atenuar o clima de frustração e desânimo que estimula os conflitos sociais, a violência e a insegurança pelo mundo. Nesse sentido, o Brasil reconhece a necessidade de se colocar assuntos como o desenvolvimento econômico e social no centro da agenda mundial.

Não é necessário dizer que o Brasil vê a campanha contra a pobreza e a fome não como um fim em si mesmo, nem como uma medida paliativa, mas como parte de um processo integrado de desenvolvimento que deve incluir esforços na direção de um sistema multilateral de comércio justo e equitativo, do aumento dos fluxos de investimentos e do estabelecimento de esquemas adequados de sustentabilidade da dívida externa entre os países altamente endividados do mundo. No centro desse processo, figura a necessidade de identificar mecanismos financeiros inovadores capazes de promover o desenvolvimento e libertar o mundo da fome.

Durante o Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, e a Cúpula ampliada do G-8 em Evian, na França, o Presidente Lula argumentou a favor de uma nova ordem mundial para reconciliar crescimento econômico e justiça social. Naquelas ocasiões, o Brasil propôs a criação de um fundo internacional, concebido especificamente para o combate à pobreza e à fome, e fez referência a fontes alternativas de financiamento ao desenvolvimento.

Na abertura dos debates da 58ª Assembléia Geral das Nações Unidas, o Brasil, em parceria com a Índia e a África do Sul, criou tal fundo, o chamado Mecanismo IBAS de Alívio à Fome e à Pobreza, no âmbito do Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. A iniciativa IBAS foi planejada como forma de replicar e disseminar projetos sociais de sucesso nas áreas de saúde, educação, saneamento e segurança alimentar, dentre outras. O fundo não foi concebido para competir com as iniciativas do gênero já existentes – como o Fundo de Solidariedade Mundial – mas para complementá-las. A execução dos projetos será conduzida pelo Sistema das Nações Unidas, de acordo com suas áreas de competência.

Em janeiro de 2004, em Genebra, os Presidentes do Brasil, França e Chile, juntamente com o Secretário Geral das Nações Unidas, iniciaram um programa de ação com o objetivo de identificar fontes alternativas de financiamento. Criou-se um Grupo Técnico para explorar novas fontes de financiamento, tais como a taxação sobre a venda de determinadas armas, taxas sobre transações financeiras, investimentos voluntários e socialmente responsáveis e taxação ambiental. A proposta britânica de estabelecer um “Mecanismo Financeiro Internacional” também está em análise no Grupo.

Espera-se que os trabalhos do Grupo Técnico possam contribuir para os esforços multilaterais na mobilização de recursos adicionais ao desenvolvimento.

Nesse contexto, o Brasil considera importante o fortalecimento do Comitê Mundial de Segurança Alimentar, nos âmbitos da FAO e da Aliança Internacional Contra a Fome, lançada em Roma, no ano de 2002.



*“Se queremos um mundo seguro, temos que lutar por um mundo mais justo, mais eqüitativo. A paz, o desenvolvimento econômico e a justiça social estão intimamente relacionados. Não haverá paz sem desenvolvimento econômico. E não haverá paz nem desenvolvimento econômico sem justiça social. (...)*

*A construção de um sistema internacional de comércio livre, equilibrado e capaz de oferecer oportunidades de geração e distribuição de riquezas a todos que deles participam, é essencial à superação da pobreza e ao respeito do direito humano à vida, à alimentação e à saúde. (...)*

*Concordamos em fazer um apelo conjunto para o estabelecimento de uma verdadeira parceria global, que mobilize vontade política e apoio financeiro. Esses recursos podem vir, inclusive, da sociedade civil e do setor privado. Devem engajar governos, agentes das Nações Unidas e instituições financeiras.*

*Essa aliança global para o combate à fome e à pobreza deve possibilitar aos países em desenvolvimento receber apoio contínuo, por meio de um comércio internacional mais livre, do alívio da dívida externa, do investimento direto, do aumento da ajuda internacional e de mecanismos alternativos de financiamento.”*

Luiz Inácio Lula da Silva

Discurso em conferência de imprensa sobre o Fundo Mundial de Combate a Pobreza.

Genebra, Suíça, em 30/01/2004

## **Sites sobre o Fome Zero**

[www.desenvolvimentosocial.gov.br](http://www.desenvolvimentosocial.gov.br)

[www.fomezero.gov.br](http://www.fomezero.gov.br)

[www.fomezero.org.br](http://www.fomezero.org.br)

[www.coepbrasil.org.br](http://www.coepbrasil.org.br)

[www.mobilizacao.org.br](http://www.mobilizacao.org.br)

Central de atendimento:

Fome Zero – 0800 707-2003

Bolsa Família – 0800 574-0101

Contatos:

[fomezero@planalto.gov.br](mailto:fomezero@planalto.gov.br)

## Referências

- Fome Zero – Documento Base, Programa Estratégico (Documento preliminar para discussão interna no CONSEA).
- Projeto Cartilha Fome Zero.
- Fome Zero - Estrutura e funcionamento nos pequenos municípios.
- Brasil, Projeto Fome Zero - relatório do Grupo de Trabalho Conjunto FAO/BIRD/BID/Equipe de Transição.
- Como as empresas podem participar e apoiar os programas de combate à fome nos municípios priorizados pelo Fome Zero, do Governo Federal do Brasil. Termo de referência para a contratação de estudo e sistemas. Minuta do Instituto Ethos, jan. 2003.
- Para os críticos do Fome Zero, artigo de José Graziano da Silva, Walter Belik e Maya Takagi, *in* revista Teoria & Debate 51, jun./jul./ago. 2002.
- Como as empresas podem apoiar e participar do combate à fome - Instituto Ethos, texto de Walter Belik, São Paulo, 2003.
- Estratégias para superação da fome e da miséria - Contribuição da Cáritas Brasileira ao Mutirão promovido pela CNBB, Brasília, jan. 2003.
- Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA) - Carta Política, 2002. [www.asabrasil.org.br](http://www.asabrasil.org.br)
- Fome Zero, Coordenadoria Estadual de Segurança Alimentar e Combate à Fome, Piauí, 2003.
- Abreu, Maria de Fátima. *Do lixo à cidadania: estratégias para a ação*. Brasília: Caixa, 2001.
- Frei Betto (org.). *Fome Zero: textos fundamentais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- Equipe de Educação Cidadã / Talher Nacional. Cadernos de Estudos. Mobilização social: caminho de transformação. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2004.

## **Um banco de projetos e de boas idéias**

Parceria COEP e Fome Zero amplia divulgação de iniciativas sociais.

Todas as pessoas e instituições interessadas podem encaminhar projetos e iniciativas sociais para divulgação no Banco de Projetos Mobilização do COEP Nacional.

Numa parceria firmada com o Fome Zero, o Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP) Nacional está disponibilizando seu Banco de Projetos Mobilização ([www.coepbrasil.org.br/mobilizacao](http://www.coepbrasil.org.br/mobilizacao)) para divulgação de idéias e iniciativas de promoção da cidadania encaminhadas pela sociedade. Criado em 2000, o Banco tem cadastrados, atualmente, mais de 600 projetos implementados pelas entidades associadas ao Comitê, em diferentes regiões do país, em áreas como agricultura familiar, convivência com a seca, cooperativismo e associativismo, desenvolvimento local, educação, geração de trabalho e renda e promoção da saúde.

Por meio desse acordo, o Banco de Projetos Mobilização tornou-se um espaço de divulgação de iniciativas encaminhadas por todas as pessoas ou entidades da sociedade civil interessadas em compartilhar suas experiências. Além de disponibilizar as informações, o secretário-executivo do COEP Nacional, André Spitz, explica que o Banco servirá de subsídio para aqueles que desejam planejar ações de combate à fome e à miséria, desenvolver projetos sociais ou identificar áreas para promoção de atividades em benefício de comunidades de baixa renda.

A estrutura do Banco de Projetos Mobilização foi adaptada para abrigar as novas contribuições e foi introduzido um novo parâmetro de classificação das iniciativas de acordo com as cinco áreas prioritárias do Fome Zero: municípios do semi-árido nordestino, incluindo o Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais; acampamentos e assentamentos rurais; população que vive dos e nos lixões; além de áreas remanescentes de quilombos (quilombolas) e aldeias indígenas em situação de risco nutricional.

O Banco de Projetos Mobilização permite consultas segundo a localização (região e estado), área de atuação e palavra-chave que identifique a iniciativa, além de possibilitar o cruzamento de informações, de acordo com as necessidades do pesquisador. Para encaminhar informações ao Banco de Projetos Mobilização, os interessados deverão preencher um formulário disponível na página do Banco, explicando as características da iniciativa e informando nome e endereço eletrônico do responsável.

Com essa parceria, o COEP Nacional coloca sua experiência no apoio de ações transformadoras da realidade social à disposição do Fome Zero, possibilitando maior interação com a sociedade e facilitando a troca de experiências sobre iniciativas bem sucedidas que tenham potencial de replicação em outras localidades. A expectativa do Fome Zero e do COEP Nacional é que a divulgação de um número maior de idéias e práticas na área social, mostrando o que pode ser feito e como fazer, possa contribuir para que a sociedade desenvolva novas ações voltadas para a redução das desigualdades sociais.

## **Semana Nacional de Mobilização pela Vida**

A Semana Nacional de Mobilização pela Vida, lançada em 2000, é uma estratégia para ampliar as iniciativas de mobilização de mais de 800 associadas e integrar a sociedade em amplo movimento de promoção da cidadania.

A cada ano, no início de agosto, a Semana promove a articulação de pessoas e entidades na luta pela erradicação da pobreza. São realizados eventos, em todos os estados, com campanhas de arrecadação, palestras, debates e cursos.

Entre 8 e 14 de agosto, a Semana Nacional de Mobilização pela Vida 2004 promoverá a Ação Comunitária Global com o atendimento à comunidade para a emissão de carteiras de trabalho e de identidade, e certidões de nascimento; além de exames de vista e de dosagem de glicose, medição de pressão, entre outros. Também campanhas de doação de alimentos não-perecíveis, redução do desperdício e arrecadação de material fora de uso fazem parte das atividades, bem como oficinas de capacitação profissional, orientação para a criação de hortas comunitárias, estímulo à criação de cooperativas populares, e cursos sobre o uso integral dos alimentos, prevenção à gravidez e às doenças sexualmente transmissíveis.

Participe!

*“Penso que o Brasil deu uma oportunidade a si mesmo. Não será um milagre de um presidente da República. Acho que será um milagre da sociedade brasileira. Se cada entidade empresarial, se cada pessoa que tenha alma, consciência política, neste país, resolver adotar essa campanha, o governo não precisa nem saber, porque não queremos paternidade do resultado. Se alguém na sua cidade, se alguém na sua vila, se alguém na sua comunidade quiser fazer alguma coisa, pelo amor de Deus, faça. Não fique esperando o governo. Faça, porque o que nós queremos não é ver a cor da semente, o que nós queremos é ver o resultado que essa semente vai dar, se a sociedade brasileira assumir para si a responsabilidade de acabar com a fome no nosso país.”*

Luiz Inácio Lula da Silva  
Lançamento do Mesa Brasil  
Brasília, 24 de fevereiro de 2003.